

DISCIPLINA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
CURSO: TECNOLOGIA EM ESTRADAS – 01321 CÓDIGO DA DISCIPLINA: 000
CARGA HORÁRIA: 40h TEÓRICA: 30h PRÁTICA: -
EXTENSÃO: 10h PRÁTICA PROFISSIONAL: --
Quantidade de aulas presenciais: 40
Quantidade de aulas referente as atividades não presenciais: 8
CRÉDITOS: 02
PRÉ-REQUISITO:
SEMESTRE: 05
NÍVEL: GRADUAÇÃO
EMENTA
Aspectos ecológicos globais, regionais e locais. A Constituição brasileira e o ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente. O Protocolo verde. O Código florestal e suas alterações ao longo do tempo. Estatuto das cidades. A Lei da natureza (Crimes ambientais). Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Educação ambiental. Desenvolvimento de atividade extensionista com a aplicação dos conhecimentos trabalhados na disciplina em uma intervenção dialogada na comunidade externa, integrando os conhecimentos teóricos, práticos e a extensão, e proporcionando uma formação que esteja atenta aos problemas e demandas reais da comunidade externa.
OBJETIVO
Geral: Ao final do curso, o aluno deverá ter condições de identificar os diversos aspectos legais relativos à intervenção premeditada no ambiente. Específicos: - Estimular e formar uma consciência ambiental crítica, inserida nas relações sociais; - Incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável; - Conhecer a multiplicidade da legislação ambiental; - Reconhecer a legislação específica para as ações humanas de intervenção ambiental; - Contribuir para a prevenção dos problemas ambientais. - Desenvolver o senso crítico e a responsabilidade social, além da prática de <i>soft skills</i> como comunicação efetiva, trabalho em equipe, proatividade e liderança, por meio de atividades de extensão e da troca de ideias com a comunidade, fortalecendo a relação entre a teoria e a prática e promovendo a integração entre o curso e a sociedade.
PROGRAMA
Unidade 1: Aspectos ecológicos globais e locais Unidade 2: Os problemas ambientais decorrentes das intervenções antrópicas no meio Unidade 3: A Constituição Brasileira e o meio ambiente; Unidade 4: O Sistema Nacional do Meio Ambiente; Unidade 5: A Política Nacional do Meio Ambiente; Unidade 6: O Protocolo Verde; Unidade 7: Os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Unidade 8: O Código Florestal e sua evolução ao longo do tempo; Unidade 9: A Ação Popular e a Ação Civil Pública; Unidade 10: Áreas especiais e locais de interesse turísticos;

Unidade 11: Aproveitamento de recursos minerais;
Unidade 12: O parcelamento do solo urbano;
Unidade 13: O plano Nacional de Gerenciamento Costeiro;
Unidade 14: A política Nacional de Recursos Hídricos;
Unidade 15: A política Nacional de Educação Ambiental;
Unidade 16: O Zoneamento Industrial;
Unidade 17: O Zoneamento Ecológico/Econômico – ZEE;
Unidade 18: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Unidade 19: A Política Nacional da Biodiversidade;
Unidade 20: O controle da poluição industrial;
Unidade 21: A política Agrícola;
Unidade 22: Patrimônio Genético;
Unidade 23: Estatuto das Cidades (política Urbana);
Unidade 24: O Estudo do Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impactos Ambientais (RIMA);
Unidade 25: Estudos ambientais diversos;
Unidade 26: A Lei da Natureza;
Unidade 27: Patrimônio espeológico;
Unidade 28: Audiência Pública;
Unidade 29: Certificação Ambiental;
Unidade 30: As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente;
Unidade 31: A Política Estadual do Meio Ambiente;
Unidade 32: Política Municipal do Meio Ambiente.
Unidade 33: Orientação do professor mediador da extensão curricularizada nos assuntos ambientais.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas
- Painéis
- Vídeos
- Dinâmica de Grupo
- Visitas Técnicas
- Estudos de casos reais
- Atividades extensionistas desenvolvidas pelos discentes, com a orientação do professor, envolvendo os conhecimentos abordados na disciplina, interagindo e contribuindo com a comunidade externa, por meio da elaboração e desenvolvimento de feiras, cursos, oficinas, seminários, treinamentos, produção de sites, vídeos, tutorial, mapas, dentre outros.

RECURSOS

Livro, Apostila, projetor de slides; sites

AVALIAÇÃO

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, utilizando os seguintes instrumentos:

- Provas discursivas
- Trabalhos individuais e coletivos com resoluções de situações problemas
- Relatórios técnicos de visitas
- Resultados das atividades extensionistas (relatórios, levantamento de dados, guias, tutoriais, sites, vídeos, mapas, dentre outros). A frequência e participação serão consideradas no processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BENJAMIN, Daniela Arruda. A aplicação dos atos de organizações internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2014. 360 p. Disponível em: biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=112144. Acesso em: 4 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Leis, Decretos, etc. Código de processo civil e normas correlatas. 14.ed. Brasília: Senado Federal, 2021. 290 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/587896/CPC_normas_correlatas_14ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 4 out. 2023.</p> <p>MEDAUAR, O. (Org.). Coletânea de legislação ambiental, Constituição Federal. 8.ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1167 p. (RT minicódigos).</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2023. Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília: Diário Oficial da União, 1981. Publicada originalmente no Diário Oficial da União - 12 de setembro de 1981 - Seção 1 - p. 16.509. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=82280. Acesso em: 4 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei 7.661, de 16 de maio de 1988: Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília: Diário Oficial da União, 1981. Publicada originalmente no Diário Oficial da União, de 18 de maio de 1988, p. 8633. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: 4 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997: Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Diário Oficial da União, 1997. Publicada originalmente no Diário Oficial da União - 19 de janeiro de 1997 - Seção 1 - p. 470. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=82280. Acesso em: 4 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental. Brasília: Diário Oficial da União, 1999. Publicado originalmente no Diário Oficial da União - 28 de abril 1999, nº 79, seção 1, p. 41-43. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1145912/pg-41-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-04-1999. Acesso em: 4 out. 2023.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico